



Pedofilia e Responsabilização: uma Análise da obra Lolita

Jéssica Leite Barbosa¹; Mara Aline de Campos dos Santos²

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de analisar a luz da psicanálise o discurso perverso em um caso de pedofilia e a sua relação com a responsabilização do ato de abuso sexual. A análise é versada através da obra literária Lolita, que conta a história de Humbert que após ser preso, retrata seus desejos pedofílicos e momentos em que submete Lolita, à violência sexual. Em sua narrativa o personagem transita entre a desresponsabilização por seus atos e a culpabilização traumática, vivida na infância, apontando um possível tratamento através da responsabilização por seus atos e o contato com suas angústias.

Palavras-chave: Pedofilia. Perversão. Responsabilização. Literatura.

Pedophilia and Accountability: an Analysis of the work Lolita

Abstract: This research aimed to analyze the perverse speech in a case of pedophilia and your connection with accountability for the act of sexual abuse based on psychoanalysis. The analysis is versed through the literary work Lolita, which tells the story of Humbert, who after being arrested portrays his pedophile desires and moments when he subjects Lolita, to sexual violence. The character transits between unaccountability for his acts and traumatic guilt lived in his childhood, indicating a possible treatment through accountability for his actions and the contact with his anxieties.

Keywords: Pedophilia. Perversion. Accountability. Literature.

¹ Psicóloga, Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, São Paulo, SP – Brasil.

E-mail: jessicamsnp@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5854-9838>

² Doutoranda em Psicologia Social. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

E-mail: mara.santos@fmu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7953-0087>

Introdução

A pedofilia é definida, a partir da classificação médica, como um transtorno psiquiátrico que categoriza sujeitos que possuem atração sexual, desejos e fantasias por crianças de treze anos ou menos, em geral, podendo ou não se tornar um comportamento sexual (APA, 2000).

Para a psicanálise, a pedofilia é localizada na estruturação clínica perversa. As estruturações clínicas nos orientam para compreender o contato que o sujeito tem com o mundo. Na perversão o sujeito nega a castração a nível inconsciente e elege um objeto de fetiche. (Ferraz, 2008).

Quando a pedofilia ganhou visibilidade midiática foi possível observar que a terminologia passou a ser utilizada para designar diversos casos que envolviam abuso sexual infantil. Através da mídia, a temática sempre foi retratada como algo repugnante gerando revolta e o sentimento de asco, marginalizando esse sujeito. Não sendo apresentada de forma clara sua definição para os espectadores.

A pedofilia sendo involuntariamente marginalizada afastou as pessoas de uma compreensão mais aprofundada a respeito do fenômeno. O direito se encarregou de criminalizar atos abusivos, instaurando leis que protegem e garantem direitos as crianças, a fim de trazer a justiça para aqueles que sofreram abusos. Porém, é possível observar que apesar da justiça ser feita em boa parte dos casos, permanece a marginalização do sujeito e o risco da reincidência em casos de abuso.

A falta de tratamento adequado em casos de pedofilia, seja para aqueles que cometeram o ato abusivo ou para os que reconhecem manifestações pedofílicas não propiciará reinserção social e segurança para a sociedade. Com isso posto, o objetivo desse trabalho é analisar, à luz da psicanálise freudiana e lacaniana, o discurso perverso em um caso de pedofilia e a sua relação com a responsabilização do ato de abuso sexual, apontando uma possibilidade de tratamento para esse sujeito.

Para a análise faremos algumas reflexões sobre a obra literária *Lolita*, de Vladimir Nabokov. A escolha de retratar a pedofilia através da literatura é aproximar o leitor do fenômeno de forma que traga certa leveza ao tema, por se tratar de ficção e não de um caso real. A literatura compreende a experiência humana e Nabokov, com sua riqueza de detalhes nos apresenta o personagem Humbert, um homem de meia idade que se reconhece com o

desejo pedofílico e em sua narrativa conta sobre sua história ao lidar com seus desejos e seu envolvimento com Lolita, uma menina de 12 anos.

Iremos tratar mais sobre o desejo pedofílico e sua responsabilização do que sobre o crime em si. Para que possamos a frente analisar e trazer possibilidades de tratamento, contribuindo assim, para ampliar perspectivas no campo do fenômeno da pedofilia e o tratamento para esses sujeitos.

Literatura e Psicanálise: aproximações e humanização

Ao tratar a aproximação entre a literatura e psicanálise temos como ponto de partida que ambas trabalham com o mesmo instrumento: a palavra. Freud (1909/1970) propõe que uma das regras fundamentais para a psicanálise é a livre associação de ideias que consiste em um compromisso assumido do analisando associar livre e espontaneamente as ideias que surgem em sua mente e verbalizá-las, como uma constituição de “palavras em liberdade”.

A palavra falada e a escrita são trajetórias realizadas pelo escritor de uma obra. E esses trajetórias são realizados por diversos materiais como fios que se tecem e vão transformando a narrativa em um bordado. Esses materiais que tecem as palavras são constituídos de conteúdos inconscientes, metáforas, escansões, chistes, a falta, o desejo, o gozo e os sonhos que vão tecendo a vida do sujeito através da linguagem (BRANDÃO, 2005).

Brandão (2005) postula que nascer e renascer na poesia é torná-la viva, tornar-se livre da rigidez semântica e correr o risco no corpo do texto, que possui uma história, como alguém que possui a habilidade de quem corta e sutura e que, por vezes, deixa aberturas onde a falta se deixa revelar.

A experiência de leitura, segundo Gallian e Sakamoto (2016) nos proporciona um encontro com nós mesmos, cada paisagem, personagem, histórias, nos despertam sentimentos, reflexões, julgamentos e que permitem aflorar o humano dentro de nós. A literatura é simples e complexa, pois compreende a experiência humana, o singular resguardando a riqueza do vivido sem julgamento, livre.

Jorge Larrosa (2003) trata a experiência de leitura para além de uma compreensão, e sim, a discussão e abertura proposta por esta. A ênfase se dá na experiência do leitor e nos efeitos da leitura sobre a sua subjetividade. Uma leitura de acolhimento é o leitor assumir um posicionamento de desprendimento de si para acolher o que vem do texto, suspendendo seus valores e estando entregue para o que se apresenta. Assim o leitor possibilita uma relação

consigo e com o mundo, transformando se partir do que leu e estabelecendo a alteridade com o texto.

A escolha de articular uma obra literária com temáticas psicológicas é um exercício de reflexão e aproximação do fenômeno. Tratando de pedofilia a obra *Lolita* apresenta um caráter ameno por ser uma ficção e não um caso real, sendo uma tentativa de humanização frente ao tema. A leitura da obra foi realizada a partir de um posicionamento de receptividade, acolhimento e reflexão, a fim de, trazer leveza e abertura para discussão do tema.

Construções sociais sobre a pedofilia

O termo pedofilia originalmente vem do diagnóstico psiquiátrico que classifica sujeitos que apresentam interesse e fantasias sexuais por crianças pré-púberes. Entretanto, há indivíduos que possuem a atração, mas que não a colocam em prática, apresentando somente a orientação sexual pedofílica (APA, 2000).

Segundo Lowenkron (2013) a categoria “pedofilia” passou a ser utilizada nos discursos públicos e midiáticos se referindo a diversas condutas criminosas relacionadas a práticas sexuais envolvendo menores de idade. É importante ressaltar que não existe nenhum título legal brasileiro para o crime de pedofilia propriamente dito.

Landini (2006) indica que o tema da pedofilia surge na imprensa brasileira a partir da metade da década de 1990 como um problema relacionado à pornografia infantil, incesto, estupro e prostituição. Há um embaralhamento de termos e conceitos identificados em matérias jornalísticas e em discursos públicos. Vale salientar que a forma como são produzidas as matérias jornalísticas e os discursos, constrói no imaginário popular o estereótipo sobre o sujeito pedófilo que passou da classificação médica para um sujeito “monstruoso e perigoso”. A violência sexual infantil possui diversas diversidades de atos e classificações. Os principais termos utilizados são “abuso sexual”, “exploração sexual” e “pedofilia”.

O abuso sexual infantil é fundamentado sobre o não consentimento no ato, a criança é vista como objeto de satisfação alheia e nunca como sujeito. A exploração sexual é retratada a partir do fenômeno da prostituição infanto-juvenil, a partir da articulação, da mercantilização do corpo e alienação do sujeito.

O termo pedofilia, nos debates públicos e matérias jornalísticas, é geralmente utilizado para retratar atos sexuais com crianças, realizados por famosos, estrangeiros e pessoas de

status social elevado, e também sobre o fenômeno da pornografia infantil na internet. Landini (2006) complementa que, com a classificação psiquiátrica sobre a pedofilia, esta acaba sendo usada como uma justificativa para crimes cometidos por pessoas famosas, deslocando seus atos da posição de criminoso para a de “doente mental”.

A pedofilia, sendo caracterizada como crime e doença mental é associada a traços de anormalidade e perversidade. A partir disso, observa-se a passagem do ato criminoso para o sujeito perigoso, monstruoso e anormal. O termo pedofilia evidencia as características psicológicas do pedófilo, causando o sentimento de horror e repulsa que faz com que o sujeito represente o estereótipo do “monstro” na sociedade (LOWENKRON, 2010).

Os estereótipos colaboram, assim, para que o noticiário atravesse a complexidade dos processos de formação das identidades sem problematizá-los, ao dispor essas identidades como dados objetivos, a partir de valores morais naturalizados. (...) o trânsito entre o individual e o universal apenas confirmaria os valores e julgamentos que estão na sua base. Por isso os definimos como artefatos – morais e ideológicos – que atuam simbolicamente e têm efeitos concretos, interpelando os indivíduos ao mesmo tempo em que atualizam julgamentos (BIROLI, 2011, p. 94).

Procuramos mostrar que a pedofilia se tornou um fenômeno social com interferências de discursos psiquiátricos, políticos e midiáticos, que deram visibilidade ao tema e criaram estereótipos sobre esses indivíduos. As palavras que são usadas nessa tipificação constituem sujeitos e definem formas de entender o fenômeno que é visto com repulsa e aversão marcando fronteiras sociais para reflexão do tema.

Psicanálise, Perversão e Pedofilia

Como apresentado, a figura do pedófilo tem gerado repulsa e aversão, esse sujeito é visto como um “monstro” que deve ser posto à margem da sociedade. Para a psicanálise, o pedófilo é visto dentro da estruturação clínica perversa.

Segundo Roudinesco e Plon (1998), o primeiro modelo teórico de perversão para Freud foi usado para designar práticas sexuais de forma pejorativa, como aberrações de conduta moral, caracterizando o termo. No segundo momento, a perversão é relacionada com a teoria do Complexo de Édipo, que aborda a renegação da castração através do fetichismo, onde existe a clivagem do ego.

A perversão em Lacan (*apud* Roudinesco e Plon, 1998) é retirada desse campo do desvio para uma verdadeira estrutura. Daí se iniciam as duas noções de “desejo e gozo”, fazendo da perversão um componente do funcionamento psíquico humano em geral, sendo uma espécie de desafio à lei.

Segundo Nasio (2007) é o Complexo de Édipo, onde o pênis não é apenas um órgão sexual, é compreendido como símbolo de poder e força, nomeado de Falo. No início, a criança acredita que todos são dotados de um Falo e o longo dessa fase do desenvolvimento, a criança cria fantasias que satisfazem seus desejos incestuosos.

Embora todas essas fantasias façam a criança feliz, as mesmas desencadeiam angústia, que é o medo da ameaça de punição por desejos incestuosos. A angústia é tão forte que a criança se esquivava dos seus desejos para proteger seu Falo (NASIO, 2007). Ferraz (2008) ressalta que a angústia da castração surge com a percepção de que existem seres que não possuem o pênis-Falo, por isso, o neurótico aceita a castração para protegê-lo. Já o perverso, inconscientemente recusa a realidade, ou seja, ele recusa a castração do pênis e sua representação de existência se desloca para um outro objeto, por exemplo, o fetiche.

O fetiche significa, portanto, o triunfo sobre a ameaça da castração e permanece, na vida sexual do fetichista, cumprindo papel de protetor contra ela. Torna-se condição imprescindível ao gozo e recebe a carga de valorização antes orientada ao genital. Daí o alto grau de idealização de que ele é o objeto (FERRAZ, 2008, p. 45).

O mesmo autor ressalta que a dinâmica psíquica do perverso se dá pela divisão do ego, que funciona de modo que um não anule o outro. Uma parte se ajusta ao desejo e outra à realidade, não havendo recalçamento dos desejos e nem recusa da realidade. Os perversos colocam em prática tudo que o neurótico não tem coragem de fazer. O fetiche será algo que está no lugar do vazio, ou seja, do pênis faltante, assim revelando que a existência do mecanismo de defesa do deslocamento através de um objeto que tampona esta falta.

Para Hisgail (2007) a pedofilia é definida como o amor de um adulto por criança. O discurso do pedófilo traz uma noção de um certo consentimento por parte da criança na participação das relações sexuais propostas, de modo que haja amor envolvido no ato. O pedófilo se limita ao gozo de uma única maneira e faz disso o centro de sua vida sexual.

Coutinho, Salles et.al (2004) ressaltam que ocorre algum rompimento quando na relação com o objeto, o sujeito perverso se desestabiliza e assim surge o sentimento da angústia, pois é vivido como uma ameaça da sua própria identidade.

Nas palavras de Freud (1927, p. 188), “(...) perder o único sistema de sobrevivência sexual de que dispõem, seria o equivalente à castração”.

Com isso exposto, o que será proposto a seguir é a análise discursiva a partir personagem Humbert que se considera pedófilo. A análise trará uma reflexão do lugar de fala deste sujeito e de seu posicionamento diante de sua orientação sexual pedofílica expondo a dualidade entre o reconhecimento de seus atos e posicionamento de não responsabilização. A partir disso, será refletida a responsabilização terapêutica em casos de pedofilia.

Lolita: a história narrada por Humbert

Humbert inicia sua narrativa recluso na prisão, refletindo se houve uma precursora que desencadeou seu desejo pedofílico e afirma que sim. Aos 13 anos viajou para a Itália com o seu pai e um casal de amigos que tinham uma filha chamada Annabel. Uma menina linda, da mesma idade que Humbert e se apaixonaram. Durante a viagem tiveram momentos de carícias, porém, não concretizaram nenhum tipo de relação sexual. Quatro meses depois, Humbert descobriu que Annabel veio a falecer. A partir desse acontecimento, compreendeu que isso abriu uma fenda em sua vida e cristalizou seu desejo por meninas menores de idade.

Nomeia essas meninas como “ninfetas”, que são meninas na idade entre nove e catorze anos que são capazes de “enfeitiçar” um homem muito mais velho que elas, revelando sua natureza diabólica da qual nem a própria ninfeta possui conhecimento. Queixava-se dizendo que vivia uma vida de duplicidade, por tentativas de viver uma vida normal se relacionando com mulheres de sua idade, mas seu verdadeiro desejo era por meninas púberes. Inicialmente para satisfazer seus desejos frequentava parques e locais onde conseguia observar crianças brincando, mas não havia nenhum tipo de relação com elas.

Em certo momento, estava procurando um local barato para morar e soube de uma casa onde uma viúva, chamada sra. Haze, estava alugando um quarto. No dia em que conheceu o imóvel, avistou na *piazza*, uma menina semi-nua ajoelhada sobre uma esteira, era Lolita, a filha de 12 anos de idade da sra. Haze, da qual Humbert dizia ser a reencarnação de Annabel.

Passou a morar na casa da viúva e observava a rotina de Lolita, fantasiava cenas sexuais com ela e, com o tempo começou a planejar como poderia se aproximar da garota. Durante as férias escolares de Lolita, sua mãe levou a garota para um acampamento. Senhora

Haze escreve, então, uma carta se declarando para Humbert que, para se aproximar da menina, disse que seu sentimento era recíproco.

Humbert mantinha um diário onde relatava seus desejos e planos com Lolita. Certo dia, sra. Haze encontrou esses registros e descompensada com o que havia lido, saiu de casa, sofreu um acidente de carro e morreu.

Sem impedimentos para se aproximar da menina, Humbert foi até o acampamento e buscou Lolita. Viajaram cerca de um ano juntos, se hospedando em hotéis baratos. Na primeira noite no hotel, Humbert tentou dopar Lolita para ter relações sexuais, mas não obteve sucesso em dopá-la, mesmo assim, teve relações sexuais com ela.

Em certo momento, Lolita voltou a frequentar o colégio. Nesse período Humbert se sentia muito inseguro e proibia que a menina tivesse amizades fora do colégio. Foi convocado pela diretora do colégio sobre o desempenho escolar da menina, que havia caído, fazendo referência a importância de ela ter contato com crianças de sua idade. Comentou que a menina estava participando da peça de teatro da escola e que isso a motivava, inclusive que o próprio autor da peça iria assistir o ensaio.

Após essa conversa, Humbert brigou com Lolita e a agrediu fisicamente, questionando se ela havia contado para alguém sobre a relação entre eles, ela negou. No dia seguinte, Lolita disse que havia tomado uma decisão e pediu para Humbert que gostaria de sair da cidade e voltar a viajar com a rota que havia traçado.

Humbert começou a perceber que durante o percurso da viagem um carro vermelho os seguia, Lolita desvalidava essa percepção. Seguindo viagem, Lolita fingiu adoecer e foi para o hospital, após alguns dias internada, pediu que Humbert separasse suas malas para o próximo destino. E esse foi o plano para que ela fugisse com o homem do carro vermelho, que era o diretor da peça de teatro e que propôs que ela fugisse com ele para tornar-se atriz.

Humbert teve muita dificuldade de lidar com a perda de sua amada, nesse momento de luto o personagem refletiu sobre a sua relação com Lolita e compreendeu que ela nunca havia o amado, era uma relação empobrecida.

Entristecido e descompensado, ele pensou que como já havia violado as leis humanas, decidiu transgredir as regras de trânsito. Pegou o carro e cruzou para o lado esquerdo da estrada, gostou da emoção dos carros desviando desesperadamente, até o momento que percebeu que estava sendo seguido pela polícia, saiu da estrada, subiu na encosta relvada e se entregou para a polícia.

A narrativa perversa e a responsabilização

Apesar de a obra ter o título de “Lolita”, não podemos tratá-la como personagem principal. A história é narrada por Humbert e o foco da obra é sobre a sexualidade do narrador que se considera pedófilo.

A experiência de leitura do livro nos convoca à reflexão da narrativa do personagem, que é um perverso. A perversão se revela em seus pensamentos e atos. A partir de uma análise discursiva do personagem Humbert, com base nos autores que seguem a orientação psicanalítica freudiana e lacaniana sobre perversão, traçaremos uma linha de pensamento do que há de perverso em sua fala e a relação com a responsabilização de seus atos.

A perversão em Humbert

Para Robert Stoller (*apud* Ferraz, 2008), a hostilidade na forma de obtenção de prazer em relação ao objeto é a característica central do perverso. Embora o objeto seja uma pessoa humana, o perverso se relaciona de uma forma que não considera a subjetividade do outro. Isso explica que, para Humbert, sempre foi sobre obter prazer com meninas púberes e não necessariamente sobre um sentimento por Lolita.

O personagem Humbert mantém um relacionamento com a sra. Haze em busca de se aproximar de Lolita para obtenção de prazer e não para se relacionar e desenvolver um sentimento de amor com a menina.

A busca pelo prazer sexual rege a vida do sujeito, segundo Joyce McDougall (1989), ele quer provar o triunfo sobre a castração, ou seja, o fetiche tem a função psíquica da onipotência. Isso acontece através de montagens ilusórias, como, o perverso ter um conhecimento poderoso que as demais pessoas não possuem. Por exemplo, quando Humbert expõe a ideia da existência de meninas ninficas e que somente algumas pessoas conseguem identificá-las dessa forma e nem a própria menina possui esse conhecimento sobre si, assim apresenta essa onipotência:

Confrontado com a fotografia de um grupo de escolares ou escoteiras e solicitado a apontar a mais bonita entre elas, um homem normal não escolherá necessariamente a ninfeta. É necessário ser um artista ou um louco, um indivíduo infinitamente melancólico, com uma bolha de veneno queimando-lhe as entranhas e uma chama super voluptuosa ardendo eternamente em sua flexível espinha (ah, quantas vezes a gente se encolhe de

medo, esconde!), a fim de discernir de imediato, com base em sinais inefáveis – a curva ligeiramente felina de uma maçã do rosto, uma perna graciosa coberta de fina penugem, e outros indícios que o desespero, a vergonha e lágrimas de ternura me impedem de enumerar -, o pequeno e fatal demônio em meio às crianças normais. Elas não a reconhecem como tal, e a própria ninfeta não tem consciência de seu fantástico poder (Nabokov, 1955, p. 19).

Chasseguet-Smirgel (1991) aborda um ponto fundamental que é o papel da ficção na vida psíquica do perverso. Para essa análise, retomaremos brevemente a estruturação psíquica desse sujeito. No momento edípico, o perverso constrói a crença ilusória de que não é castrado. Porém, essa crença não assume a sua totalidade, pois seu ego é clivado, parte se ajusta a realidade e outra a sua fantasia. Desse modo, o perverso utiliza a ficção e a ilusão para proteger a sua fantasia da não castração e onipotência.

Vale ressaltar que, ao expor a ideia ilusória de meninas ninficas, o personagem atribui a responsabilidade às garotas que o atraem. O que o isenta de responsabilidade por seus atos, como se não houvesse escolha e legítima que a sedução é por parte delas. O personagem desloca seu discurso triunfante e passa a adotar um posicionamento vitimário em relação ao seu desejo.

Ah, nem por um momento podia perder de vista minha Lô, minha pequena, minha lânguida Lô! Talvez devido aos constantes exercícios amorosos, ela irradiava, malgrado sua aparência muito infantil, um brilho estranhamente sensual que provocava verdadeiros acessos de concupiscência nos empregados de postos de gasolina, carregadores de malas de hotéis, turistas em geral (...). Pois a pequena Lô tinha plena consciência daquele brilho (...) (Nabokov, 1955, p. 162).

Daniele Giglioli (2004) apresenta uma crítica a aqueles que se utilizam do discurso vitimário para justificar seus atos e se beneficiar. A figura da vítima imuniza qualquer crítica e garante a inocência, não é culpada e nem responsável por seus atos, ou seja, o sonho de qualquer sujeito que ao assumir esse posicionamento possui certo poder. O poder se relaciona ao fato da imunização do sujeito sobre críticas aos seus atos, assim, podendo ter liberdade nos fazeres sem a responsabilidade e julgamento.

Senhoras e senhores membros do júri, quase todos os pervertidos sexuais que anseiam por uma latejante relação com algum menininha (sem dúvida pontuada de ternos gemidos, mas não necessariamente ao coito) são seres inofensivos, inadequados, passivos e tímidos, que apenas pedem à comunidade que lhes permita entregar-se a seu comportamento supostamente aberrante mas praticamente inócuo, que lhes deixe executar seus pequenos, úmidos e sombrios atos privados de desvio sexual sem que a

polícia e a sociedade os persigam. Não somos tarados! Não cometemos estupros, como fazem muitos bravos guerreiros! Somos seres infelizes, meigos, de olhar canino, suficientemente bem integrados para saber controlar nossos impulsos na presença de adultos, mas prontos a trocar anos de vida pela oportunidade de acariciar uma ninfeta (NABOKOV, 1955, p. 89-90).

Neste trecho, aqueles que possuem o desejo pedofílico são descritos como “inofensivos, inadequados e infelizes”, isentando da responsabilização e sustentando o posicionamento de vítima por possuir esse desejo que é visto socialmente como anormal, assim, buscando um compadecimento sobre seus desejos.

Um ponto relevante que se apresenta no início da obra é sobre a prisão onde Humbert está recluso, o que é mais do que um espaço físico também revela a sua prisão interior, psíquica. McDougall (1989) faz a referência que o perverso se assemelha ao drogadito, seu ego é escravizado pela compulsão do desejo, é compreendido como uma necessidade. O mundo habitado por ele é de estereotipia e repetição e que sua estrutura psíquica não lhe permite imaginar relações sexuais fora a fantasia já apresentada, o que infere um caráter de pobreza à sua vida psíquica. A compulsão sobre o fetiche, na verdade, decorre que essas práticas possuem a função de proteção contra as angústias e carregam a manutenção da identidade subjetiva.

Stoller (*apud* Ferraz, 2008) contribui afirmando que, o que importa é a personificação do que o objeto representa para ele, assim se revela a rigidez na forma de obtenção de prazer. E com isso exposto Humbert afirma “Lolita, luz de minha vida, labareda em minha carne. Minha alma, minha lama (NABOKOV, 1955, p.11)”.

A partir dessa marca textual “Lolita, luz de minha vida” é exposto o quanto a figura da menina foi significativa para dar sentido à vida de Humbert, assim como, “minha alma, minha lama” é compreendida como o quanto isso pesou e foi angustiante na vida de Humbert.

Ferraz (2008) compreende que, a partir do momento que o perverso perde o objeto de fetiche, as negações ilusórias começam a falhar, é então que o sofrimento psíquico vem à tona portando o sentimento de angústia e desmoronamento psíquico.

Desafios da responsabilização

Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis (LACAN, 1998, p. 873).

Discorrer sobre responsabilização em análise é uma das proposições abordadas pela psicanálise lacaniana, na qual compreende que apenas os neuróticos e psicóticos são sujeitos ao processo analítico, portanto, a responsabilização. Para Lacan, o perverso é inanalísável.

Esse posicionamento tornou-se palco de diversas indagações sobre a real impossibilidade de tratamento para o sujeito que possui uma sexualidade “desviante” e o questionamento sobre a incapacidade do analista não conseguir elucidar tais casos.

Freud (1905) afirma que, a estrutura perversa é passível de análise, assim como a neurose, pois uma é negativo da outra e ambas são afetadas pelo mesmo mecanismo psíquico: o recalque. Para Lacan, a estrutura psíquica perversa possui uma instalação de fixação irreversível, lido como inanalísável. Será o perverso do qual Freud aborda é o mesmo perverso que Lacan faz alusão em sua teoria? O perverso de Lacan será mesmo inanalísável ou a sua máxima justifica uma impossibilidade do analista de escutá-lo? Assim fica a reflexão do risco que corremos ao utilizar uma teoria como defesa e recuo diante da questão perversa.

É comum escutarmos, na área psicanalítica, que é raro um perverso procurar análise. Isso é posto devido à capacidade do perverso assegurar o gozo, o sintoma é sentido como prazeroso sendo um fator complicador para seu próprio tratamento. Mas, e aqueles que procuram análise? Rejeita-los seria caracterizar uma posição perversa adotada pelo analista, que utiliza de uma teoria como defesa contra a escuta (SANTOS e CECCARELLI, 2007).

Para realização dessa pesquisa, possuímos o posicionamento de que não é o perverso que é inanalísável, e sim, a teoria que sustenta que não contempla a análise desse tipo de sexualidade. E esse será o desafio proposto.

Forbes (2010) pontua que atualmente não basta definir a estruturação clínica, é necessário considerar a responsabilidade sexual pelo inconsciente. Vindo em primeiro plano a responsabilidade pela escolha, o analista deve emprestar consequências, esse é o início da noção de responsabilização do sujeito.

Lacan (1953-54) apresenta um ponto que marca sua posição responsabilizadora, sendo a diferença entre história e memória. Escutando o sujeito contando seus relatos sem buscar a verdade dos fatos, a escuta se valerá do que o paciente traz como sua verdade. Propondo que esse seja o eixo para o início do tratamento, justamente porque essa história se reconstrói.

Para que a história se reconstrua na perversão, um dos recursos que Coutinho, Salles e Silva et, al (2004) postulam é utilizar a ironia socrática, definida como o modo como Sócrates levava as pessoas a reconhecerem sua falta de conhecimento. O analista deve escutar e intervir sobre o conceito da sábia ironia em relação ao ato perverso, deslocando a fala da

repetição das encenações para a abertura do contato com a falta, assim reconstruindo e dando novos sentidos a sua história.

O motivo que leva o perverso a procurar a análise é quando a sua relação com o gozar é perturbada, ou seja, a falta. O contato do perverso com a falta, segundo Coutinho, Sales, Silva et. al (2004) desencadeará angústia, loucura e depressão. Apesar do trauma não ser o motivo que leva o perverso à clínica, ainda sim, é uma questão do pode ser presente em sua fala e ter funções específicas. Em Lolita, a relação de Humbert com seu desejo pedofílico é pautado nessa experiência traumática e usada para justificar os seus atos abusivos, assumindo uma posição não responsabilizada.

Forbes (2010) enfatiza que o tratamento analítico que evidencia as dificuldades do sujeito pautadas em questões traumáticas é compreensível a todos, pois o trauma carrega em si o fato de não ser uma escolha do sujeito, portanto, não responsabiliza. E a mudança de posicionamento promove o contrário, a falta de explicação sobre determinado fenômeno obriga o sujeito a buscar uma ação sobre sua queixa e refletir sobre suas escolhas.

O deslocamento da intervenção a analítica para a lógica inconsciente valoriza, ao contrário, a insuficiência de qualquer conteúdo explicativo, e obriga a pessoa a continuar implicada nos seus problemas, a buscar uma ação, a ponderar alternativas. A lógica do inconsciente, quando Lacan a desenvolve, é uma lógica fundada na falta, que afirma que o desejo permanece, não cessa com respostas prontas, e exige decisão constante (FORBES, 2010, p. 55).

Giglioli (2004) contribui com a indagação sobre o posicionamento vitimário, refletindo sobre como podemos construir novos rumos que são pautados através de traumas e lutos. Não iremos desconsiderar a história pregressa e nem desvalorizar o que aconteceu, no entanto, convocaremos para elaboração traumática, possibilitando um novo posicionamento.

Para tratarmos da responsabilização, partimos que a psicanálise lacaniana estabelece que o trauma resulta da função do encontro com a falta, sendo esta inerente a condição humana. Desde o início da prática analítica é destacado a incompreensão com o real, que pode aparecer através da experiência traumática, que possui caráter acidental, ou seja, ocorrem-se fatos dos quais a pessoa não esperava que acontecessem. O trauma é concebido com o dever de tapar subjetivamente o que orienta o funcionamento do princípio de prazer.

Daí temos a noção do princípio de prazer e de realidade, os conceitos serão expostos brevemente. Freud (1856) apresenta que o conceito de princípio de prazer é primário a toda constituição psíquica, mas ao contato com o mundo externo ele é ineficaz e impossível se de

realizar. O ego, para se autopreservar, substitui o princípio de prazer pelo princípio de realidade. O princípio de realidade não abandona a intenção do princípio de prazer, mas adia a satisfação e tolera o desprazer como um caminho indireto para o prazer.

No perverso o trauma é utilizado como justificativa do seu prazer, como na narrativa de Humbert que justifica seu desejo com o fato ocorrido em sua infância. Com isso, o nosso manejo requer modificações ao lidar com o perverso, porém, será mantido o princípio postulado por Lacan que é desacreditar do caráter acidental do trauma. O inconsciente não é alheio à pessoa e a responsabilidade em psicanálise é a responsabilidade pelo acaso.

A leitura lacaniana nos direciona que o acaso é subjetivo a cada pessoa, já que em psicanálise, o sujeito é sujeito do inconsciente. O sujeito não deve responsabilizar o trauma e o inconsciente por suas escolhas, assim, passamos da psicanálise do sujeito traumatizado para a psicanálise do sujeito que possui alternativas e responsabilidades sobre estas.

Forbes (2010), lendo Lacan, institui que o papel do analista é assumir o lugar do imprevisto, chamado de real. Não tratando de perguntas e respostas ou de julgamentos de certo e errado, bom e ruim. O real não se ausenta e aparece como angústia.

O real será trabalhado através do simbólico, sendo o discurso através da fala, à associação livre. Porém, o real em contato com a linguagem é falho, é o indizível. Ainda assim, solicitamos que o sujeito fale sobre esse indizível que é angustiante, ou seja, falar sobre sua falta. Apesar do perverso se esquivar do plano simbólico, na obra *Lolita*, Humbert utiliza do recurso literário para lidar com o real, escrevendo um livro sobre suas angústias ao desejar meninas púberes.

O analista terá como objetivo acompanhar o paciente na tentativa de compreender sua dinâmica psíquica para, então, reconhecer melhor os desejos, assim, suas escolhas e atos, inserindo a responsabilização na estrutura perversa. Não cabe o analista impor uma transformação de sexualidade "normal", trata-se de através da responsabilização trazer a reflexão sobre seus atos (Santos e Ceccarelli, 2007).

Segundo Forbes (2010), quando utilizamos os recursos psiquiátricos para definição de um sujeito, distinguimos entre o normal e o patológico sob uma condição moral, o normal será o bom e o patológico o ruim e mal. Assim, a prática clínica se dará como corretiva através de um juízo moral e não admitindo singularidades. Impor um diagnóstico é impor uma visão e enquadrar o paciente como imperfeito, correndo o risco de exercer um poder através da própria realidade do que é normal.

A utilização de uma definição patológica, como a pedofilia, já defini o sujeito como tal e carrega um estigma que não apresenta possibilidade de mudança. Poder atravessar a montagem desse estigma é dar visibilidade a singularidade do sujeito, assim se dá o papel do analista.

Siqueira (2015) acrescenta que ao se orientar pela dimensão patológica, tira-se a possibilidade de o sujeito responder pelo que fez. Diante disso, a psicanálise propõe que todo sujeito possa responder pelos seus atos, considerando o ato criminoso como parte dessa subjetividade. Em outras palavras, o crime não deve ser pensado como um evento isolado, mas uma articulação da subjetividade do sujeito.

Para inserir o perverso em análise, segundo Coutinho, Sales, Silva et. al (2004), é necessário ter em vista que o perverso irá oferecer ao analista o real das suas encenações. Assumindo o papel de mestre do gozo e relevando sua luta por manter a angústia no campo do Outro, o perverso recusará inicialmente o posicionamento do analista de “sujeito-suposto-saber”. A ideia apresentada será de o analista assumir a posição de um “saber fazer” propiciando um saber sobre o que o perverso deseja, que é gozar.

Assim temos uma possibilidade de relação transferencial que, se bem manejada, permite o perverso supor que existe um sujeito para além do seu “saber fazer”. Por consequência, levantamos a dúvida sobre seus atos, descolando o imperativo da verdade e aproximando da falta e ingressando no campo da responsabilidade.

Ferraz (2008) afirma que um dos maiores desafios da clínica da perversão é a disposição ética para a escuta. O analista pode se deparar com conflitos em relação a sua postura ao escutar uma fala que fere um outro, como o pedófilo que transgride um corpo infantil, e restaria somente uma postura contra transferencial que instantaneamente afasta o perverso da clínica.

O autor propõe que a disposição ética convida a escuta de uma narrativa que apresenta o lado mais obscuro do perverso que são as dores e o sofrimentos ocultos, que em primeiro momento nos apresentam como estranhos e causam horror. Mas que ao escutar essa fala podemos ver a única forma de sobrevivência psíquica que é a busca de obtenção de prazer gerando empobrecimento psíquico e sofrimento.

Vale ressaltar que estamos analisando pessoas que sofrem e não desvios sexuais. Embora ao se deparar com um sujeito que possui a perversão pedofílica possa ser espantoso, esse paciente sofre. O posicionamento para se lançar ao desafio da prática clínica com o perverso é a disposição ética da escuta.

Considerações Finais

A obra *Lolita*, de Vladimir Nabokov, com sua riqueza de detalhes nos possibilitou pensar em uma possível clínica para o sujeito perverso pedófilo através da responsabilização de seus atos.

Para que seja possível oferecer atendimento psicológico a casos de sujeitos que cometem atos relacionados à pedofilia é necessário estar disposto à escuta de relatos carregados de situações que podem horrorizar, justamente por se tratar de algo reprovado socialmente. Por isso, o manejo analítico juntamente com a disposição ética da escuta são fundamentais, assim como a descaracterização do sujeito anormal e monstruoso.

A utilização da definição patológica já posiciona o sujeito a não responsabilização, pois não considera a subjetividade do indivíduo. O analista deve realizar a travessia da descaracterização patológica instaurada no próprio sujeito para que esse compreenda sua singularidade, assim, conseguindo refletir sobre suas escolhas.

O analisando que justifica seu discurso através de traumas adota um posicionamento de não responsabilização. O papel do psicólogo será auxiliar na ressignificação dessa história e no contato com o real, convocando que o paciente fale sobre suas angústias.

Fica evidente que a psicanálise promove através da responsabilização o contato com as escolhas e suas consequências para que o paciente possa pensar: qual caminho, qual ética e como conviver com seu desejo e articular possibilidades que não transgridam um corpo inocente.

Conclui-se que colocar a luz possibilidades de tratamentos psicológicos em casos de pedofilia é essencial para que seja dado passos em direção a redução de casos de crimes envolvendo abuso sexual infantil. E através da fala que o sujeito pode entrar em contato com suas angústias e se responsabilizar por seus atos. Escolher trabalhar com esse público já nos encarrega de um grande desafio, que nos implica não somente possuir o conhecimento técnico, mas principalmente ter disposição ética para escutar. Valendo ressaltar, mais uma vez, que estamos diante de pessoas que sofrem e não de desvios sexuais.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. Ed. - Dados Eletrônicos. - Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRANDÃO, R. S. **Literatura e Psicanálise: corte e sutura**. Aletria: Revista de estudos de literatura, p. 49-53, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1321>> Acesso em: 25 abr. 2020.

BIROLI, F. **Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. Rev. Brasileira de Ciência Política, n°6, Brasília, junho-dezembro de 2011, p. 71-98. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a04>> Acesso em: 19 mai. 2020.

CHASSEGUET-SMIRGEL, J. **Ética e estética das perversões**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

COUTINHO, A. H; SALLES, A. C; SILVA, B. R, et. al. **Perversão: uma clínica possível**. Reverso, vol. 26, p. 19-28, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v26n51/v26n51a03.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2020.

FREUD, S. **Cinco lições de Psicanálise, Leonardo da Vinci e Outros trabalhos**. Vol.XI. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1910.

FREUD, S. **Um caso de histeria, Três Ensaio sobre a sexualidade e outros trabalhos**. Vol.VII. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1905.

FREUD, S. **Fetichismo**. In: O futuro de uma ilusão. Vol. XXI, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1927.

FREUD, S. **A dissolução do complexo de Édipo**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. sob direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FERRAZ, F. C. **Perversão**. 5ªed. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008.

FORBES, J. **Inconsciente e responsabilidade: psicanálise do século XXI**. Tese de doutorado. Ed. Manole, 2010.

FORBES, J. **O chato e o poeta**. Psique – Ciência e Vida, São Paulo, Editora Escala, n° 58, 2010. Disponível em: < http://www.psicanaliselacanianana.com/mural/textos/documents/PSIQUE58_p14-15_baixa.pdf> Acesso em: 25 abr. 2020.

GIGLIOLI, D. **Crítica da vítima**. Editora Âyiné, Ed. 1, 2004.

HISGAIL, F. **Pedofilia: um estudo psicanalítico**. Editora Iluminuras, Ed. 1, 2007.

LACAN, J. **A ciência e a verdade**. Escritos. Versão Brasileira: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. **O Seminário. Livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-54)**. 3º ed. Versão Brasileira: Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LANDINI, T. S. **Violência Sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração**. Cadernos Pagu, n° 26, p. 225-252, 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30392.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2020.

LARROSA, J. **La experiencia de la lectura**. Editora Laertes, 1998.

LOWENKRON, L. **A Cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais.** Rev. Sexualidade, Salud y Sociedad, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198464872013000300003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 20 mai. 2020.

LOWENKRON, L. **Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas?.** Rev. Sexualidade, Salud y Sociedad, 2010

McDOUGALL, J. **Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

NABOKOV, V. **Lolita.** São Paulo, Biblioteca Folha, 1955.

NASIO, J. D. **Édipo, o complexo do qual nenhuma criança escapa.** Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

ROUDINESCO, E; PLON, M. **Dicionário de psicanálise.** Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

SANTOS, A. B; CECCARELLI, P. R. **Perversão sexual, ética e clínica psicanalítica.** Rev. Latinoam. Psicopat. São Paulo, v. 12 n. 2, pp. 316-328. Junho, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n2/v12n2a06.pdf>> Acesso em: 4 out. 2020.

SAKAMOTO, J. I; GALLIAN, D. M. **Laboratório de humanidades: percurso estético literário como dinâmica humanizadora na saúde.** Via Atlântica, 2016, n° 29, São Paulo, pp. 153-171. Disponível em: <[https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/107965/118196/.](https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/107965/118196/)> Acesso em: 26. abr. 2020.

SIQUEIRA, F. G. **Da culpa em Freud à responsabilidade em Lacan: paradigmas para uma articulação entre psicanálise e criminologia.** Psicologia em revista, Belo Horizonte, v. 21, n 1, pp. 141-157, abr. 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n1/v21n1a10.pdf>> Acesso em: 23 jul., 2020.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

BARBOSA, Jéssica Leite; SANTOS, Mara Aline de Campos dos. Pedofilia e responsabilização: uma análise da obra Lolita. **Id on Line Rev. Psic.**, Maio/2022, vol.16, n.60, p. 72-89, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 17/03/2022;

Aceito 27/04/2022;

Publicado em: 30/05/2022.